

ÁFRICA AUSTRAL

Hoje

SADC Hoje Vol. 20 No. 5 AGOSTO 2018



POLÍTICA	3
GÊNERO	4
ECONOMIA	5
ENERGIA	6
INDUSTRIALIZAÇÃO	7
ECONOMIA AZUL	8-9
ÁGUA	10
BIODIVERSIDADE	11
ELEIÇÕES	12
PAZ & SEGURANÇA	13
SACU	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16



Promovendo o desenvolvimento de infraestruturas e o empoderamento dos jovens para o desenvolvimento sustentável

38ª Cimeira da SADC

A 38ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC, a realizar-se em Windhoek, Namíbia, de 17 a 18 de Agosto, irá rever os progressos feitos rumo a integração regional e desenvolvimento socioeconómico. O tema deste ano baseia-se no foco das últimas quatro cimeiras da SADC que procuraram promover o desenvolvimento industrial. O tema também se afigura como um dos principais pilares do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional da SADC (RISDP 2015-2020), no qual as redes integradas de infraestrutura são vistas como um importante facilitador da industrialização e integração do mercado. Esta edição da Revista *África Austral Hoje* analisa as principais questões que serão abordadas durante a Cimeira.

Implementar a estratégia de industrialização da SADC

Um dos destaques esperados da Cimeira é a apresentação de um relatório de progresso sobre a implementação da Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC 2015-2063.

A estratégia de industrialização da SADC, adoptada em Abril de 2015, visa alcançar grandes transformações económicas e tecnológicas a níveis nacional e regional para acelerar o crescimento económico através do desenvolvimento industrial.

Um Plano de Acção Orçamentado para a Estratégia 2015-2030 foi aprovado em Março de 2017. O Plano de Acção detalha as principais acções, com referência aos três pilares da estratégia e às actividades necessárias, bem como aos principais factores necessários para desbloquear o potencial industrial da região.

Um dos três pilares da estratégia de industrialização é o aprimoramento das infraestruturas. Os outros dois pilares são

Fortalecimento das Cadeias de Valor e os Corredores de Desenvolvimento.

Fortalecer o desenvolvimento de infraestruturas

A Cimeira discutirá o progresso rumo à implementação do Plano Director de Desenvolvimento Regional de Infraestruturas da SADC (RIDMP), que é fundamental para o crescimento socioeconómico da região, incluindo a agenda de industrialização.

O RIDMP é a estratégia da região para o desenvolvimento regional integrado de infraestruturas por forma a satisfazer à procura projetada até 2027, a um custo estimado de 500 biliões de dólares norte-americanos.

A decisão histórica de aprovar o RIDMP em 2012 foi informada pela perspectiva de que o desenvolvimento e manutenção de infraestruturas é uma prioridade para acelerar a integração regional, o desenvolvimento económico, a industrialização e o comércio.

continua na página 2...



O Secretariado da SADC está actualmente a rever o progresso da primeira fase de cinco anos, 2012-2017, e espera-se que isto adicione ímpeto à implementação de projectos regionais de infraestruturas.

A SADC pretende desenvolver as infraestruturas transfronteiriças nas seis áreas prioritárias de energia, transportes, turismo, água, tecnologia de informação e comunicação e meteorologia.

Integração regional de energia e industrialização

As limitações de energia têm apresentado barreiras ao desenvolvimento socioeconómico, e a solução para a escassez de energia é uma das principais prioridades do desenvolvimento de infraestruturas que a região deve enfrentar coletivamente.

A SADC fez progressos significativos no combate à escassez de energia enfrentada desde 1999 e que se tornou mais pronunciada após 2007. A região produziu excedentes de electricidade em 2017, pela primeira vez em uma década, como resultado da cooperação regional no planeamento energético.

Os líderes da SADC procurarão aprofundar uma abordagem coordenada para o fornecimento de energia na região, uma vez que a electricidade é essencial para promover a agenda de industrialização que visa assegurar que a SADC alcance o seu objectivo de longa data de uma região unida, próspera e integrada.

Melhorar a segurança alimentar

Espera-se que a Cimeira aprove as estratégias para abordar a segurança alimentar na região, incluindo a necessidade de aumentar o investimento em intervenções de alto impacto que lidem com a insegurança alimentar e nutricional crónica.

De acordo com um relatório divulgado em Julho, a Situação de Insegurança e Vulnerabilidade Alimentar e Nutricional na África Austral, estima-se que a região da SADC tenha um excedente cerealífero de 6,3 milhões de toneladas métricas, uma quantidade situada abaixo das 7,5 milhões de toneladas métricas do ano anterior.

O número de pessoas em situação de insegurança alimentar na época 2018/19 é de 29 milhões, cerca de 14 por cento da população da SADC, de acordo com o relatório, invertendo assim a melhoria alcançada em 2017/18.

Empoderar os jovens

Como parte do tema da Cimeira, os líderes irão explorar formas de aproveitar o capital humano através do empoderamento da juventude. Os jovens constituem a maioria da população na SADC, daí a sua importância no avanço da agenda de integração regional.

A medida que o período de implementação da Estratégia e Roteiro da Industrialização da SADC avança rumo a 2063, os jovens de hoje colherão os benefícios dos elementos-chave contidos nessa estratégia.

As estratégias da SADC de hoje permitirão aos jovens desempenhar um papel activo na promoção do desenvolvimento e aprofundamento da integração.

Melhorar a paz e a segurança

O desenvolvimento precisa de paz e, por isso, outra questão importante para os líderes da SADC será como melhorar a paz e a segurança, bem como consolidar a democracia e o estado de direito na região.

A SADC está entre as regiões mais estáveis e pacíficas da África, no entanto existem bolsas de instabilidade que continuam a impedir a paz e o desenvolvimento.

A cimeira discutirá reformas constitucionais no Reino do Lesoto, preparação para eleições gerais na República Democrática do Congo e a situação política em Madagáscar.

Desenvolver estrutura de mobilização de recursos

O Quadro de Mobilização de Recursos da SADC (Fontes Alternativas de Financiamento dos Programas Regionais da SADC) destina-se a determinar como é que o espaço fiscal pode ser criado para permitir que os Estados Membros da SADC financiem programas, projectos e actividades regionais.

As seis opções para fontes inovadoras de financiamento da integração regional na SADC são a introdução de um imposto de exportação e importação; uma taxa de turismo; um imposto sobre transacções financeiras; um sistema de loteria; filantropia; e eventos regionais.

Estima-se que a SADC possa ganhar anualmente mais de 1,2 mil milhões de dólares a partir destas fontes alternativas, um desenvolvimento que espera remover a actual dependência de financiamento externo

De acordo com o Secretariado da SADC, menos de 10 por cento dos projectos regionais são financiados pelos Estados Membros da SADC enquanto o restante provém dos Parceiros Internacionais de Cooperação.

O Secretariado da SADC foi encarregado de finalizar a proposta da Estrutura de Mobilização de Recursos Regionais da SADC para apresentação ao Comité de Ministros das Finanças e Investimento e, finalmente, à Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC.

Financiar áreas de conservação transfronteiriça

O Secretariado da SADC foi mandatado pelo Conselho de Ministros, em Março, para preparar um mecanismo para orientar as modalidades de implementação do Mecanismo de Financiamento Regional para as Áreas de Conservação Transfronteiriça da SADC (TFCAs) de forma a assegurar que as prioridades regionais de conservação sejam salvaguardadas.

Existem 18 TFCAs em toda a região da SADC em diferentes estágios de desenvolvimento, incluindo o Kavango Zambezi (KAZA), que é a maior área de conservação do mundo e abrange partes de cinco países - Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe.

Outras TFCAs que estão sendo desenvolvidas são ZIMOZA (Zimbabwe, Moçambique e Zâmbia); Selous-Niassa (Moçambique e República Unida da Tanzânia); Baixo Zambeze-Lagoas Mana (Zâmbia e Zimbabwe); e Planície Liuwa-Kameia (Angola e Zâmbia).

A instalação proposta seria um mecanismo flexível de resposta financeira para fornecer subsídios que possam apoiar a implementação de acções de conservação e gestão nas TFCAs da SADC e abordar necessidades urgentes críticas para o seu sucesso e integridade.

Rever o sistema de cotas de recrutamento

A Cimeira receberá um relatório do comité de recursos humanos e administração, referente à revisão do recrutamento regional para o Secretariado.

Isto foi desencadeado por vários desafios, incluindo o de não preencher cargos porque alguns Estados-Membros tinham esgotado os seus pontos de quota atribuídos.

A análise da aplicação do sistema de quotas destina-se a garantir que o Secretariado da SADC tenha acesso a uma alta qualidade de recursos humanos dos Estados Membros de forma justa, eficaz e objectiva, respeitando o princípio de equidade e representação sem comprometer os trabalhos.

Reformas na União Africana

A Cimeira deverá apresentar uma posição comum sobre a Reforma Institucional da União Africana (UA), em consonância com uma decisão da Assembleia da UA de Janeiro deste ano para consultar as oito Comunidades Económicas Regionais que compõem a UA sobre a necessidade de rever a estrutura institucional.

Uma estrutura institucional eficaz é essencial para alcançar a Agenda 2063 da UA para a África que Queremos, uma visão de crescimento e desenvolvimento económico inclusivo.

O Secretariado da SADC preparou um documento analítico que foi analisado em Março pelo Conselho de Ministros da SADC e deverá ser submetido à Cimeira para aprovação.

Algumas questões importantes propostas pela SADC para a reforma institucional da UA incluem:

- Os líderes africanos devem ter tempo suficiente para se consultarem nacionalmente sobre questões estratégicas;
- Um estudo urgente e exaustivo das barreiras burocráticas que afectam a prestação de serviços na Comissão da UA e noutros órgãos e instituições; e
- Reduzir as cimeiras da UA de dois para um por ano.

Reforma do Conselho de Segurança da ONU

O Conselho de Segurança das Nações Unidas é responsável pela manutenção da paz e segurança internacionais e os países africanos têm pressionado pela reforma do Conselho, argumentando que a sua composição e operações estão fora de contacto com a realidade actual. Por exemplo, nenhum dos cinco membros permanentes com poderes de veto é da África, mas o continente contribui com o maior número de membros na ONU. □



Abordagem regional de combate à caça furtiva

A **ÁFRICA** Austral é o lar de vastos recursos da vida selvagem, que são um componente importante para o desenvolvimento socioeconómico na maioria dos Estados Membros da SADC.

A região da SADC é o lar das maiores populações remanescentes de elefantes e rinocerontes.

Esses recursos oferecem uma oportunidade para fortalecer a integração regional e contribuir para o desenvolvimento sustentável através da consciencialização ambiental, criação de empregos e garantia dos meios de subsistência das comunidades rurais.

No entanto, este potencial tem sido afetado por vários desafios, incluindo a morte ilegal e o comércio de espécies silvestres da fauna e seus produtos.

A SADC colocou em prática várias medidas para enfrentar os desafios, visando reduzir a caça furtiva da vida selvagem.

Estas incluem a adopção da Estratégia de Aplicação da Lei de Combate à Caça à Pobreza (LEAP) (2016-2021) que foi aprovada em 2015 para:

- Controlar e minimizar a caça furtiva na região da SADC;
- Fortalecer a comunicação entre os órgãos responsáveis pela aplicação da lei a níveis nacional, regional e internacional;
- Fortalecer as capacidades das agências de aplicação da lei, alfândega e imigração para detectar e combater o comércio ilegal de vida selvagem;
- Melhorar o diálogo entre as partes interessadas nacionais, regionais e internacionais relevantes para detectar a caça furtiva e o comércio ilegal de vida selvagem; e

- Estabelecer um Centro Regional de Monitoria contra a Caça para coordenar e monitorar as actividades de caça furtiva e comércio ilegal de animais selvagens na região da SADC.

A estratégia visa reduzir o nível de caça furtiva e ilegal na fauna e flora selvagens e aumentar a capacidade de aplicação da lei na região da SADC até 2021.

Para o sucesso, foram identificadas áreas prioritárias para a acção colaborativa dos Estados-Membros:

- ❖ Melhorar a legislação e processos judiciais;
- ❖ Minimizar o crime de vida selvagem e comércio ilegal;
- ❖ Aprimorar a legislação sobre vida selvagem e aplicação da lei;
- ❖ Integração de pessoas e natureza;
- ❖ Garantir o comércio e uso sustentável dos recursos naturais; e
- ❖ Melhorar e fortalecer a proteção na área dos recursos da fauna silvestre.

No entanto, o sucesso da estratégia depende de uma abordagem coordenada dos Estados Membros da SADC na priorização e integração de actividades da Estratégia da LEAP nos seus planos nacionais e mobilização de recursos para implementação, bem como no estabelecimento e fortalecimento de grupos de trabalho nacionais de prevenção da criminalidade.

A este respeito, o Secretariado da SADC está a desenvolver um mecanismo para ajudar os Estados Membros na implementação da estratégia regional contra a caça furtiva.

Uma vez aprovado, o mecanismo orientará os Estados-Membros na implementação de acções

específicas da Estratégia da LEAP ao nível do País e espera-se que disponha de um plano de acção claro para facilitar a implementação da estratégia a nível nacional.

A abordagem da SADC proposta para ajudar os Estados-Membros a implementar a Estratégia da LEAP também deverá ser um documento indicativo das acções importantes que os países irão realizar de forma independente para implementar a estratégia.

O mecanismo proposto incluirá:

- Um quadro lógico actualizado da Estratégia da LEAP, com actividades e responsabilidades claramente identificadas a serem empreendidas pelo Secretariado da SADC e pelos Estados Membros, respectivamente;
- Estabelecimento de requisitos mínimos para a priorização e integração da

Estratégia da LEAP nos planos nacionais dos Estados Membros;

- guidance to Member States in developing budgets for implementation of the LEAP Strategy;
- Orientação aos Estados Membros no desenvolvimento de orçamentos para implementação da Estratégia da LEAP;
- Sugestões para potenciais fontes de financiamento para apoiar a implementação da Estratégia da LEAP nos Estados Membros;
- Orientação aos Estados Membros no alinhamento dos seus marcos regulatórios e legais aos processos regionais em apoio ao combate de actividades criminosas transnacionais; e
- Orientação para o reforço de sinergias e ligações com todas as partes interessadas relevantes na implementação da Estratégia da LEAP. □

SADC cria organização subsidiária em STEM

SETE ESTADOS Membros da SADC assinaram uma carta que procura estabelecer uma organização subsidiária que será encarregada de colmatar o desequilíbrio de género em Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM) na região.

A Carta da SADC sobre Mulheres na Organização de Ciência, Engenharia e Tecnologia (WISETO) foi assinada por Angola, Reino de eSwatini, Lesotho, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Tanzânia, em Junho, durante uma reunião conjunta de Ministros responsáveis pela

Educação e Tecnologia. Formação, Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada em Durban, África do Sul.

Uma vez operacional, a WISETO procurará melhorar a participação das mulheres no desenvolvimento sustentável através da aplicação do conhecimento científico e da inovação tecnológica.

Espera-se que o Secretariado da SADC forneça orientações estratégicas globais para a WISETO, a fim de assegurar que a agenda e as prioridades sejam consistentes com o mandato da SADC sobre STEM. □



SADC desenvolve estratégia regional sobre mulheres, paz e segurança

por Nyarai Kampilipili

A **ESTRATÉGIA** Regional da SADC para as Mulheres, Paz e Segurança 2018-2022 visa abordar os desafios enfrentados pelas mulheres e crianças, assegurando que estas participem plenamente nas actividades, programas e projectos de paz e segurança na região.

A estratégia, a ser apresentada aos líderes regionais na Cimeira dos Chefes de Estado e Governo da SADC, em Agosto, em Windhoek, Namíbia, foi discutida pela primeira vez por altos funcionários na sua reunião de 2017 em Ezulwini, Reino de eSwatini, e posteriormente apresentada à Reunião do Conselho Ministerial do Órgão da SADC sobre Política, Defesa e Segurança para aprovação.

O desenvolvimento da estratégia envolveu várias partes interessadas que incluíam especialistas em género e segurança de todos os Estados Membros da SADC e a mesma visa fornecer uma estrutura para orientar a integração das questões de género nos processos e sistemas de paz e segurança.

A estratégia e o plano de acção que a acompanha deverão ser implementados a partir de 2018-2022 e insta os Estados membros a desenvolver planos de acção nacionais e mobilizar recursos para implementar as actividades propostas em nível nacional.

A África Austral está a fazer progressos significativos no sentido de promover a igualdade e equidade de género na região. No entanto, é preciso manter o ímpeto e impulsionar a agenda regional de género, particularmente em questões relacionadas com paz e segurança.

Isso requer a intensificação dos esforços regionais para integrar a questão do género nos processos de construção da paz e resolução de conflitos, para que a paz sustentável seja alcançada.

Embora esteja sendo feito progresso no desenvolvimento de estratégias que integram o género nas questões de paz e segurança,

o número de mulheres e crianças que sofrem o impacto do conflito continua alto.

O número de mulheres com posições de alto nível no sector da segurança nos Estados Membros da SADC continua baixo. Apenas três Estados Membros da SADC tinham mulheres Ministras da Defesa no período 2009-2018 - Botswana, Madagáscar e África do Sul.

A África do Sul continua a ser o único país da SADC com uma mulher Ministra da Defesa e ocupa o cargo desde 2012.

De acordo com um relatório de 2015 da ONU Mulheres, as mulheres constituem menos de 10

por cento dos negociadores de paz em todo o mundo, e apenas três por cento dos signatários dos acordos de paz.

A este respeito, é necessário incluir mais mulheres nos processos de paz, para que um leque mais vasto de questões possa ser integrado nas negociações.

Outras questões importantes discutidas por altos funcionários responsáveis por questões de género e mulheres durante sua reunião anual realizada em Julho, em Joanesburgo, África do Sul, incluíram a necessidade de agilizar os processos para prevenir o tráfico de pessoas e acelerar os esforços para alcançar uma representação

mais equilibrada e equitativa nos cargos políticos e de tomada de decisões.

Os Estados membros que não assinaram o Acordo que Altera o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento foram encorajados a fazê-lo.

Dez estados membros assinaram o acordo que altera o protocolo. Estes são Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesotho, Madagáscar, Moçambique, Reino de eSwatini, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. A Namíbia e a África do Sul indicaram que assinarão durante a Cimeira da SADC na Namíbia. *sardc.net* □



Jovens desfavorecidas capacitadas por operadores de turismo

CINCO MULHERES jovens desfavorecidas do Parque Transfronteiriço Ai/Ais Richtersveld foram treinadas pela Estância de Fauna Bravia da Namíbia (NWR) e pela Fundação dos Parques da Paz (PPF) que deram início a assistência a outro grupo de dez jovens desempregados das comunidades de Hai - //om San e Ovahimba em matéria de hotelaria.

O objectivo do treinamento que começou no início deste ano na África do Sul é capacitar os jovens desfavorecidos a adquirir habilidades viáveis que eles possam usar para prover meios de subsistência para si mesmos e suas comunidades.

Isso faz parte de um programa contínuo de desenvolvimento da juventude que a NWR está facilitando por meio do seu mandato dos dois países que são parceiros na Área de Conservação Transfronteiriça, para desenvolver o turismo no sul da Namíbia e no norte da África do Sul.

A Diretora Executiva, Zelna Hengari, disse que a NWR tem o "privilegio de devolver às comunidades vizinhas" com o objectivo de criar "uma geração

qualificada e conhecedora do sector".

O Ministério e Serviço Nacional do Desporto e Juventude na Namíbia executa programas para capacitar os jovens para a participação activa e para se tornarem membros responsáveis e autossuficientes da comunidade.

O Ministério opera cinco centros de capacitação em

desenvolvimento juvenil em todo o País, além de um sistema de crédito para jovens, desenvolvimento da saúde juvenil, justiça juvenil/infantil, educação ambiental, desenvolvimento rural juvenil, voluntariado juvenil, género juvenil e programas de intercâmbio juvenil. □

Lançado Fundo de Liderança de Mulheres Africanas

A **UNIÃO** Africana anunciou que estabelecerá um Fundo Africano de Liderança Feminina para fortalecer empresas de propriedade de mulheres em todo o continente.

A secretária executiva da Comissão Económica das Nações Unidas para a África, Vera Songwe, disse que o fundo pretende acelerar o crescimento de empresas lideradas por mulheres em África.

"Dependendo dos recursos que arrecadamos, e com a nossa meta de quinhentos milhões de dólares, criaremos uma rede de gestores de fundos para mulheres jovens, treiná-las por dois anos e colocá-las no mercado", disse ela.

O fundo inovador procura abordar a lacuna fundamental no acesso das mulheres ao financiamento da arquitetura. Como tal, procurará reduzir os obstáculos das empresas de propriedade das mulheres, promover o investimento em microempresas e elevar as cooperativas de mulheres ao próximo nível.

O fundo centra-se na mobilização de capital global para formar um quadro de gestoras africanas de fundos que, por sua vez, investirão e desenvolverão empresas e microempresas lideradas por mulheres africanas. *au.int* □

Painel Paritário de Revisão Macroeconómica da SADC diz

Desempenho misto na convergência macroeconómica

OS ESTADOS Membros da SADC mostraram um desempenho misto na implementação das metas de convergência macroeconómica regional e na identificação dos riscos para o crescimento económico, bem como acções políticas para mitigar os desafios, de acordo com um recente relatório do Painel Paritário de Revisão de Macroeconomia da SADC (PRP).

O PRP foi estabelecido pelos Ministros das Finanças e Investimento e Governadores dos Bancos Centrais dos Estados Membros da SADC para avaliar e monitorar o programa regional de convergência macroeconómica, incluindo implementação e resultados.

A revisão analisa as metas macroeconómicas estabelecidas pelos Estados-Membros no Protocolo da SADC sobre Financiamento e Investimento,

que visa acelerar o crescimento, o investimento e o emprego na região através de uma maior cooperação, coordenação e gestão de políticas macroeconómicas, monetárias e fiscais.

O protocolo, assinado em Agosto de 2006 e que entrou em vigor em Abril de 2010, busca estabelecer e sustentar a estabilidade macroeconómica como pré-condição para o crescimento económico sustentável. O objectivo final é criar uma união monetária regional.

A convergência macroeconómica significa, em última análise, o equilíbrio das economias dos Estados-Membros em toda a SADC. Sem essa convergência, os marcos de integração do comércio livre, da união aduaneira, do mercado comum, da união monetária e de uma moeda única não podem ocorrer.

As metas de convergência macroeconómica incluem manter as taxas de inflação nos Estados Membros em “níveis baixos e estáveis”, bem como “manter uma postura fiscal prudente com base na prevenção de grandes défices orçamentais, monetarização de défices e altos ou crescentes índices públicos e de garantia da dívida pública ao Produto Interno Bruto (PIB)”.

A SADC identificou os seguintes indicadores para ajudar na medição do progresso para a convergência macroeconómica:

- A taxa de inflação nos Estados-Membros;
- O rácio do défice orçamental em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) nos Estados Membros;
- O rácio da dívida pública e com garantia pública em relação ao PIB nos Estados-Membros, tendo em conta a

sustentabilidade de tal dívida; e

- O equilíbrio e a estrutura da conta corrente de um Estado-Membro.

O Secretariado da SADC criou uma Unidade de Vigilância e Desempenho Macroeconómico para apoiar a implementação do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional a este respeito; planejar, facilitar, coordenar e monitorar políticas e programas macroeconómicos com vistas a promover a liberalização económica e o desenvolvimento, o comércio e o investimento; e alcançar a convergência macroeconómica na região da SADC.

Os Estados-Membros avaliam anualmente o desempenho de cada um para avaliar a situação da implementação do programa de convergência macroeconómica em consonância com os indicadores e os seus objectivos. Desde o lançamento do PRP, em Maio de 2013, todos os Estados-Membros, com excepção do Madagascar e das Seychelles, foram objecto de revisão pelos pares.

De acordo com o relatório do PRP, os resultados das análises de convergência macroeconómica foram mistos, com os Estados-Membros a terem um bom desempenho em alguns indicadores, mas não tão bem em outras áreas. Os Estados-Membros não conseguiram alcançar a meta regional de crescimento de 7% em termos de PIB, com apenas a República Unida da Tanzânia registando 7,1% em 2017, acima dos 7% alcançados em 2015 e 2016.

A maioria dos Estados-Membros registou uma inflação de um dígito dentro do intervalo regional de 3-7 por cento, excepto Angola, República Democrática do Congo, Madagascar, Malawi e Moçambique. □

Mais cinco países assinam o acordo ACLC

A **ÁREA** de Comércio Livre Continental (ACLC) é outro passo que está mais próximo da realidade após a assinatura do Texto Consolidado por mais cinco países a 1 de Julho, durante a 31ª Cimeira da União Africana realizada em Nouakchott, Mauritânia.

Os cinco países são Burundi, Lesoto, Namíbia, Serra Leoa e África do Sul, elevando o número total de países africanos que assinaram o acordo para 49 dos 55 estados membros da UA. Os seis países que ainda precisam anexar suas assinaturas são Botswana, Cabo Verde, Eritreia, Guiné-Bissau, Nigéria, República Unida da Tanzânia e Zâmbia.

A ACLC visa promover o movimento harmonioso de bens e serviços através das fronteiras, bem como permitir que os países membros harmonizem as políticas comerciais regionais

para promover a concorrência igual e o aumento do comércio.

Espera-se que A ACLC aumente o comércio intrarregional africano dos actuais 10% para cerca de 40% quando estiver totalmente operacional.

A ACLC também representa uma declaração ousada e uma oportunidade significativa para o continente corrigir as vulnerabilidades das economias da África dentro da ordem económica global, que viu o continente comercializar mais com o mundo exterior do que com a África.

Essa estrutura comercial significa que os recursos destinados a desenvolver a África são embarcados e comercializados em outros lugares, melhorando as economias de outros países da Europa, da Ásia e dos Estados Unidos.



Os actuais desequilíbrios comerciais são causados por diversos factores, incluindo a imposição de barreiras não-tarifárias entre os países africanos e as limitadas infraestruturas construídas durante a era colonial para facilitar o comércio principalmente com a Europa, em vez da movimentação suave de bens, serviços e pessoas entre os países africanos.

Outro factor importante é a falta de um sector industrializado vibrante e o predomínio do comércio de recursos primários não processados. □



SADC explora o uso do gás natural para o desenvolvimento regional

por Kumbirai Nhongo

A SADC está a explorar formas de aproveitar o potencial das enormes reservas de gás natural existentes na região.

O Presidente dos Ministros da Energia da SADC, Jeff Radebe, disse durante um seminário Ministerial sobre a Infraestrutura Regional de Gás e Desenvolvimento de Mercado que o aproveitamento do gás natural melhoraria a situação energética na região e contribuiria para o misto energético regional, que é dominado pelo carvão.

África Austral possui alguns dos maiores depósitos de gás natural do mundo.

Angola tem reservas de gás natural estimadas em 11 biliões de pés cúbicos (tcf), enquanto Moçambique tem mais de 180 tcf de gás descoberto e há potencial para que este seja duplicado até 2030.

A República Unida da Tanzânia fez descobertas

significativas de gás e actualmente possui mais de 57 tcf de reservas comprovadas de gás.

Na Namíbia, existem cerca de 1,3 tcf de reservas comprovadas de gás com um potencial estimado de 9 tcf.

Espera-se que o desenvolvimento do projecto de gás de Kudu resolva alguns dos desafios energéticos na Namíbia.

O gás produzido a partir do campo de Kudu será transportado através de um oleoduto de 170 km até uma central de energia que será construída e situada em Uubvlei, aproximadamente a 25 quilómetros ao norte de Oranjemund, no sul da Namíbia.

A Corporação Nacional de Petróleo e seus parceiros, incluindo a NamPower, serão responsáveis pela perfuração de poços de produção, instalação de equipamentos submarinos e do sistema de produção flutuante e produção de gás, bem como

condicionamento e transporte do gás para a central.

O Botswana, a África do Sul e o Zimbabwe têm reservas de gás não convencionais em quantidades significativas, sob a forma de metano e gás de xisto.

Para realizar plenamente este potencial, é necessário que a SADC desenvolva métodos inovadores de exploração do recurso.

“As reservas de gás natural na região da SADC apresentam uma oportunidade significativa para a industrialização que pode impulsionar o crescimento económico, criar empregos que são muito necessários e atrair novos investimentos na região e aumentar significativamente o acesso à energia”, disse Radebe, Ministro da Energia da África do Sul, num seminário realizado em Junho em Joanesburgo.

“Esta enorme oportunidade só poderá ser concretizada se a região desenvolver a infraestrutura necessária de processamento, transporte e distribuição de gás para abastecer o mercado regional, para que a SADC não se limite apenas a ser um exportador de gás.”

A este respeito, um dos planos a ser explorado pela SADC é a possibilidade de estabelecer um complexo industrial de gás natural da SADC concebido para interligar a cadeia de valor da produção de gás na região.

Isso implicará a realização de investimentos significativos para a implantação de infraestrutura de processamento, transporte e distribuição de gás que ligaria de forma eficiente os centros de produção de gás aos mercados locais e regionais de energia.

Exemplos de projectos de gás regional bem-sucedidos na África incluem o gasoduto de Moçambique (Temane / Pande)

para a África do Sul (Secunda), bem como o Gasoduto da África Ocidental, envolvendo a Nigéria, Benin, Togo e Gana.

Para além de desenvolver um complexo industrial de gás natural, é necessário que a SADC implemente “quadros políticos e regulamentares viáveis e dinâmicos para tornar o desenvolvimento desta estrutura uma realidade bem como atrair investimentos”.

“Os benefícios económicos da extração de gás, infraestrutura e desenvolvimento de mercado na região da SADC é estimular a actividade produtiva e contribuir positivamente para o Produto Interno Bruto (PIB)”, disse Radebe.

Os ministros da energia observaram que a exploração das vastas reservas de gás natural, gás de xisto e carvão mineral que estão disponíveis nos Estados Membros da SADC resultaria em oportunidades de emprego significativas e contribuiria com bilhões de dólares para o PIB regional por ano.

O gás natural tem vários usos potenciais na SADC. Pode ser usado para produzir electricidade ou como matéria-prima química em processos industriais ou como combustível para veículos. Outro uso potencial de gás é na produção de fertilizantes.

Portanto, a exploração do gás natural apresenta uma oportunidade significativa para a SADC abordar os seus desafios energéticos e avançar na agenda da industrialização e aprofundar a integração.

Uma das principais vantagens do gás é que ele possui um perfil de baixa emissão de carbono, tornando-o uma fonte de energia mais limpa quando comparado a outros combustíveis fósseis. Além disso, também é acessível, seguro e confiável. □

Subcomité Intraestatal de Petróleo e Gás da SADC

A SADC estabeleceu um Subcomité Intraestatal de Petróleo e Gás para assegurar a inclusão e promoção do gás natural no misto energético regional e facilitar o aumento do acesso universal à energia bem como o desenvolvimento industrial na SADC.

Isto está de acordo com uma proposta feita pela 37ª Cimeira da SADC de estabelecer um órgão regional que deveria desenvolver uma estratégia para facilitar a exploração dos vastos recursos de gás natural na região.

Em Maio, o Secretariado da SADC convocou uma reunião dos Subcomités de Energia Eléctrica, Gás e Petróleo da SADC para discutir e validar os termos de referência para o Comité Regional Intraestatal de Petróleo e Gás.

O resultado do subcomité foi aprovado pelos Ministros de Energia da SADC em Junho. Os ministros reafirmaram o seu compromisso compartilhado com:

- ❖ Melhorar o acesso a energia fiável, acessível e segura para aliviar a pobreza, encorajar o desenvolvimento económico e melhorar a qualidade de vida na região da SADC; e,
- ❖ Estabelecer um Plano Director de Gás em toda a região, em linha com os princípios do Protocolo da SADC sobre Energia, bem como os objetivos do Quadro da Estratégia de Industrialização da SADC. □



Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC Lançado em sete Estados-Membros, mais cinco em Dezembro

A **ESTRATÉGIA** e o Roteiro da Industrialização da SADC foi implementada em sete Estados membros desde a sua adopção em Abril de 2015, e será expandida para mais cinco países até Dezembro.

O Director para o Desenvolvimento Industrial e Comércio do Secretariado da SADC, Tapiwa Samanga, disse que os sete primeiros são Angola, Botswana, Reino de eSwatini, Lesotho, Madagáscar, África do Sul e Zimbábue.

A meta é atingir um total de 12 países até o final deste ano.

Samanga disse que o exercício de implantação envolveu o trabalho com vários ministérios e departamentos do Governo, bem como com o sector privado e a sociedade civil.

"Juntamente com estes Estados-Membros (os sete primeiros), discutimos os principais elementos da estratégia, discutimos as expectativas e obrigações de cada Estado-Membro na implementação da estratégia.

"Também ajudámos a calcular os custos da Coordenação Pública Indicativa Nacional para a implementação da Estratégia de Industrialização da SADC e o seu roteiro para garantir a implementação eficaz da estratégia."

Ele disse que a nível regional, o Secretariado da SADC até agora facilitou duas Semanas de Industrialização para popularizar a estratégia e obter apoio para a sua implementação.

A Semana da Industrialização oferece uma oportunidade para os governos regionais e o Secretariado se engajarem e interagirem com o sector privado, que é um actor importante na agenda da industrialização.

A primeira Semana de Industrialização da SADC

realizou-se em Agosto de 2016 à margem da 36ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC em Ezulwini, Reino de eSwatini.

A segunda foi realizada na África do Sul, em 2017, antes da 37ª Cimeira da SADC, enquanto a terceira Semana de Industrialização está agendada para a Namíbia de 30 de Julho a 1 de Agosto, e será conduzida sob o tema "Promover a Industrialização e o Empoderamento da Juventude para o Desenvolvimento Sustentável".

O tema tem em conta a necessidade de infraestruturas adequadas para apoiar a industrialização e a necessidade de envolver os jovens, que são a maioria da população da SADC.

Samanga disse que os jovens são uma importante parte interessada na agenda da integração, pois "em 45 anos, quando o período de tempo da estratégia terminar em 2063, os jovens de hoje serão os únicos a colher os benefícios dos principais elementos contidos na estratégia."

Ele disse que todas as partes interessadas devem ter um papel activo na popularização da estratégia e garantir que seja um sucesso.

Nas cadeias de valor regionais, disse ele, a SADC identificou os sectores de mineração, agro-processamento e farmacêutico como sectores essenciais para a industrialização e integração regional.

O Secretariado está a trabalhar no perfil do sector de agro-processamento, examinando detalhes práticos, como produtos de alto potencial, modos e custos de transporte de bens e serviços, mercados de produtos, preços, produção e modalidades comerciais.

Entre Abril de 2018 e Março de 2019, o Secretariado da SADC e os Estados Membros pretendem iniciar a implementação de projectos de Cadeia Regional de Valor que abrangem o couro e produtos associados, medicamentos de soja, aquacultura, ferro e aço, cobre, fertilizantes e antirretrovirais (ARV).

O Secretariado também está facilitando o desenvolvimento de

um Protocolo sobre a Indústria para fornecer uma estrutura legal para o processo de industrialização na região, particularmente para apoiar as cadeias regionais de valor.

Samanga disse que um prestador de serviços já começou a trabalhar num projecto de protocolo sobre a indústria, que deverá estar pronto em Março de 2019. sadc.int □

Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC

A **ESTRATÉGIA** e o Roteiro da Industrialização da SADC foi aprovada em Abril de 2015 durante uma Cimeira Extraordinária realizada em Harare, Zimbábue.

É um esquema inclusivo de modernização a longo prazo e de transformação económica que deve permitir um desenvolvimento económico substancial e sustentado para elevar os padrões de vida e alcançar a visão da SADC de uma região unida, próspera e integrada.

A estratégia está ancorada em três pilares - industrialização, competitividade e integração regional. Intervenções estratégicas para cada um desses pilares são propostas no plano de acção. Esses incluem:

- ❖ Um ambiente político melhorado para o desenvolvimento industrial até 2020;
- ❖ Aumento do volume e eficiência dos investimentos dos sectores público e privado na economia da SADC;
- ❖ Criação de cadeias regionais de valor e participação em processos globais relacionados;
- ❖ Aumento do Valor Acrescentado para produtos e serviços agrícolas e não-agrícolas.

Para apoiar a implementação, foi adoptado durante a Cimeira Extraordinária realizada em Março de 2017 no Reino de eSwatini, um Plano de Acção Orçamentado para a Estratégia e Roteiro da Industrialização da SADC.

O Plano de Acção procura estabelecer um esquema de implementação coerente e sinérgico, contendo opções estratégicas e políticas gerais para o alcance progressivo de metas temporais estabelecidas na estratégia e no roteiro.

O plano de acção se concentra nos primeiros 15 anos do cronograma da estratégia. □

Rumo a uma Economia Azul da SADC

por Joseph Ngwawi

A SADC está a avançar para uma estratégia que visa desenvolver uma economia marítima próspera e aproveitar todo o potencial das actividades marítimas de uma forma ambientalmente sustentável.

O Secretariado da SADC está a preparar um documento de discussão para ser usado para desenvolver uma Estratégia Regional de Economia Azul, e está também a planear encomendar um estudo sobre oportunidades e ameaças para a Iniciativa de Economia Azul da SADC.

O Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional da SADC (2015-2020) e a Estratégia e Roteiro de Industrialização (2015-2063) identificam a Economia Azul como áreas potenciais para o crescimento sustentável na região.

A Estratégia e o Roteiro da Industrialização da SADC (2015-2063) exige que a Iniciativa da Economia Azul seja integrada no desenvolvimento da infraestrutura necessária para acelerar a industrialização.

Alguns Estados-Membros, como a África do Sul, as Seychelles e as Maurícias, desenvolveram Estratégias de Economia Azul e mecanismos institucionais a nível nacional.

O investimento no desenvolvimento e modernização de portos regionais e corredores marítimos é considerado crucial para facilitar redes de transporte viáveis como facilitadores da participação nas cadeias regionais e globais de valor.

A SISR também afirma que os recursos oceânicos devem ser explorados de maneira sustentável para minimizar o impacto negativo no meio ambiente; e que o desenvolvimento sustentável da riqueza oceânica deve ser apoiado por um planeamento coerente, políticas e marcos regulatórios.

A Economia Azul conceitualiza os oceanos como “espaços de desenvolvimento” onde o planeamento coordenado integra a conservação, o uso sustentável, a extração de riqueza de petróleo e minerais e o transporte marítimo.

A iniciativa quebra os moldes do modelo de desenvolvimento “castanho”, onde os oceanos foram percebidos como um meio de extração de recursos livres e despejo de resíduos.

O conceito reconhece a produtividade de ecossistemas saudáveis do oceano como uma forma de salvaguardar economias sustentáveis

baseadas no oceano, assim como assegurar que os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e outros países costeiros se beneficiem de seus recursos marinhos.

As águas oceânicas e interiores, como mares, lagos, rios e reservatórios, fornecem benefícios significativos para a humanidade, incluindo:

- ✓ Segurança alimentar e nutricional da pesca e da aquicultura;
- ✓ Desenvolvimento económico e social da pesca e aquicultura, turismo marinho e costeiro, navegação, mineração e energia; e
- ✓ Serviços ecossistémicos como sequestro de carbono, filtração de água, regulação atmosférica e de temperatura, protecção contra erosão e eventos climáticos extremos.

No entanto, a África Austral tem experimentado uma rápida erosão da base de activos dos oceanos e águas interiores devido à sobrepesca, poluição de fontes terrestres, desflorestação de mangais, mudanças climáticas e acidificação dos oceanos.

Como resultado, há necessidade de uma mudança de paradigma, a fim de aproveitar todo o potencial dos oceanos e águas interiores.

Isso exigirá que a região abrace uma nova abordagem responsável e sustentável, mais ambiental, social e economicamente efectiva.

Esta iniciativa chega num momento crucial, quando a necessidade de alimentos e recursos do oceano e das águas interiores está aumentando rapidamente para atender às necessidades do aumento da população.

O conceito de Economia Azul é apropriado para a região da SADC, uma vez que mais de metade dos seus 16 Estados-Membros são países costeiros ou oceânicos.

Oito Estados Membros da SADC - Angola, Madagáscar, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul e a República Unida da Tanzânia - são estados costeiros ou oceânicos.

A SADC está a explorar formas de desenvolver a Economia Azul da região, a fim de aumentar as opções de energia renovável, aproveitando fontes como energia das marés, correntes oceânicas e conversão de energia térmica oceânica.

A estratégia de desenvolvimento da Economia Azul é oportuna para a região da SADC, que testemunhou descobertas significativas de grandes reservas de petróleo e gás natural em países como Moçambique, Namíbia e Tanzânia nos últimos anos, indicando um enorme potencial de exploração do recurso na região.



A costa leste da África emergiu como um dos pontos mais brilhantes da paisagem global de energia, com grandes descobertas de gás natural em Moçambique e na Tanzânia.

A exploração ocorreu em todos os Estados Membros da SADC, embora as quantidades exactas de reservas sejam desconhecidas para a maioria dos países.

Novas descobertas de gás natural offshore ao longo da costa de Moçambique deverão ser um “ponto de mudança” para o país e a região.

O país estimou reservas de gás natural recuperáveis de cerca de 100 triliões de pés cúbicos (tcf) de gás, o suficiente para atender ao consumo de gás de um ano pelos Estados Unidos e outros países ocidentais.

A Tanzânia tem 57 tcf de reservas comprovadas de gás natural em águas profundas, na região offshore.

A descoberta de enormes reservas de gás natural resultou na formação do Comité Intraestatal de Gás da SADC. O comité está encarregado de garantir a inclusão e promoção do gás natural no misto energético regional e de facilitar o aumento do acesso universal à energia, assim como o desenvolvimento industrial na SADC.

Além das descobertas de petróleo e gás, existe um grande potencial para a exploração de outros recursos oceânicos em outros Estados Membros da SADC.

Por exemplo, a Namíbia tem reservas significativas de guano, um fertilizante altamente eficaz feito a partir do excremento de aves marinhas ou morcegos que contém um alto teor de nitrogênio, fosfato e potássio, três nutrientes essenciais para o crescimento das plantas.

A exploração de recursos oceânicos não foi feita de forma exaustiva na maioria dos Estados Membros da SADC e há muito mais a aprender sobre os recursos marinhos não descobertos.

A Economia Azul engloba uma série de partes interessadas, incluindo sectores marítimos tradicionais e emergentes, como pesca, aquicultura, navegação, petróleo e gás offshore, bioprospecção, mineração marinha, bem como a comunidade de pesquisa, conservacionistas, formuladores de políticas e sociedade civil.

A ligação entre a saúde dos oceanos e o desenvolvimento humano é explicitamente reconhecida na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especificamente o SDG 14, que exige que os países membros da ONU “conservem e usem de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável”.

Estas tendências são também visíveis nos debates sobre políticas africanas. A ex-Presidente da Comissão da União Africana, Dra. Nkosazana Dlamini-Zuma, referiu-se uma vez à Economia Azul como a dimensão marítima do Renascimento Africano, enquanto a Agenda 2063 da UA considera a Economia Azul como um dos principais contribuintes para a transformação e crescimento continental.

No centro dessa mudança está a Estratégia Marítima Integrada da África 2050 (Estratégia AIM 2050), um plano abrangente que visa “fomentar a criação de mais riqueza dos oceanos, mares e águas interiores da África, desenvolvendo uma economia marítima próspera e realizando todo o potencial de actividades marítimas de maneira ambientalmente sustentável”.

A Estratégia AIM 2050 deixa claro que a abordagem de África à Economia Azul inclui não apenas o seu domínio marítimo, mas também os corpos de água interior do continente, sublinhando assim a relevância da Economia Azul para todos os Estados Africanos, incluindo os países sem acesso ao mar.

Mais recentemente, a Carta Africana sobre Segurança Marítima, Segurança e Desenvolvimento em África (também conhecida como Carta de Lomé) foi adoptada para abordar os principais componentes da agenda regional da Economia Azul.

O conceito de Economia Azul tem sido debatido em vários fóruns e adoptado por várias instituições, como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico, Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação.

Ele foi destaque durante a Rio + 20, cujos resultados provaram ser um forte catalisador para impulsionar novos esforços para a implementação de compromissos anteriores e novos em oceanos e águas interiores para restaurar, explorar e conservar os recursos aquáticos. □



Cooperação transfronteiriça em infraestruturas para o abastecimento de água e saneamento

por Eglina Tauya

UMA AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA para o projecto de abastecimento de água e saneamento de Chirundu, fronteira entre a Zâmbia e o Zimbabwe, começará em breve na prossecução dos objectivos de integração regional e redução da pobreza através de infraestruturas de água.

A avaliação visa capacitar os dois países para preparar projectos com potencial para o acesso a financiamento bancário para infraestruturas de água.

Após a conclusão da avaliação, espera-se que a Zâmbia e o Zimbabwe tenham uma compreensão das condições sociais e económicas prevalentes em ambos os lados do Rio Zambeze, uma vez que se relacionam com o desenvolvimento de um projecto transfronteiriço conjunto em Chirundu.

A avaliação permitirá que as principais partes interessadas no abastecimento de água e saneamento de cada lado da fronteira sejam plenamente envolvidas e tenham responsabilidade sobre a formulação de ideias e opções para um abastecimento de água e saneamento transfronteiriço, levando em consideração os diferentes grupos sociais nas duas cidades de Chirundu, na Zâmbia, e Chirundu, no Zimbabwe.

Espera-se que o projecto conjunto de abastecimento de água e saneamento seja um veículo para a cooperação transfronteiriça, reduzindo os conflitos através de um melhor fornecimento de infraestruturas de água aos dois Estados Membros da SADC.

Chirundu é a ligação de transporte de trânsito regional mais movimentada na África Oriental e Austral, transportando 5,8 milhões de toneladas de tráfego transfronteiriço que abrangem três grupos económicos regionais, SADC, Mercado Comum para África Oriental e Austral (COMESA) e Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC).

O Corredor Beira-Lobito também passa por Chirundu tornando este local um nó de rota comercial e convergência de todos os corredores na sub-região, incluindo o Kalahari.

O alto volume de tráfego através da fronteira trouxe oportunidades comerciais para Chirundu, mas também colocou os serviços existentes de abastecimento de água e saneamento numa grande pressão, aumentando o risco de doenças transmissíveis pela água.

A medida que a população aumenta nas duas cidades, é necessário que o sistema de abastecimento de água e saneamento seja adequadamente planeado antes que as densidades de povoamento atinjam um nível crítico a partir do qual será impossível criar serviços sem demolir empreendimentos.

O projecto conjunto de abastecimento de água e saneamento transfronteiriço fará parte da implementação do Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infraestruturas dirigido através do Plano de Acção Estratégico Regional da SADC sobre Fase IV (2016-2020), que responde aos ditames do Protocolo Revisto da

SADC sobre os Recursos Hídricos Partilhados.

Um projecto semelhante de abastecimento de água e saneamento na Fronteira de Mwami, entre a Zâmbia e o Malawi, sob os auspícios do CRIDF, procura beneficiar 6.000 viajantes públicos e 1.500 moradias nas cidades fronteiriças de Mwami, Mchinji e Chanida.

Dois outros projectos estão já a ser implementados entre Moçambique e o Reino de Eswatini nas cidades fronteiriças de Lomahasha / Namaacha e nas cidades fronteiriças de Tunduma e Nakonde, entre a Tanzânia e a Zâmbia.

A SADC está, portanto, à procura de mais projectos que possam ser implementados usando o mesmo modelo, mas que tenham uma forte ligação à iniciativa do corredor de transporte da SADC e à Estratégia e o Plano de Acção de Industrialização Regional.

Em consonância com esta agenda, a Zâmbia e o Zimbabwe concordaram em realizar um estudo de pré-viabilidade e avaliação do impacto ambiental para o projecto transfronteiriço de Chirundu com o apoio técnico da SADC e da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento com cofinanciamento do Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido.

O CRIDF realizou um estudo de viabilidade para o abastecimento de água e saneamento em Chirundu em 2016, mas foi considerado inadequado. O estudo do CRIDF concentrou-se apenas na área urbana do lado Zambiano,

deixando de fora o lado Zimbabweano e a área circundante, especialmente na definição de cenários futuros.

A SADC considera, portanto, imperativo que um estudo de viabilidade seja realizado para um projecto conjunto para toda a região de Chirundu.

O estudo proposto deve fornecer informações básicas adicionais, e deve especificar o escopo e desenho do projecto, bem como desenvolver os termos de referência para o projecto detalhado de engenharia.

O fornecimento do serviço de água é geralmente inadequado em Chirundu, em parte devido a danificação da tubagem de água, muitas vezes causado por elefantes que procuram ter acesso a água potável. Cortes de água resultantes de falta de energia também são frequentes.

Instalações domésticas, institucionais e comerciais estão ligadas a um tanque específico ou a um sistema de coleta de esgoto, enquanto a maioria dos locais públicos, como terminais de autocarros e mercados, têm sanitário prefabricados.

Moradores de assentamentos informais usam latrinas individuais e banheiros públicos básicos, enquanto um número considerável recorre à defecação a céu aberto.

O tratamento de esgotos é feito por lagoas de estabilização de resíduos, mas em ambas as cidades a capacidade projectada para as instalações de tratamento originais tem sido excedida há muito tempo, deixando o esgoto parcialmente tratado fluindo para o Rio Zambeze. □



Convenção sobre Diversidade Biológica ...SADC adopta posição comum

por Kumbirai Nhongo

A SADC está a desenvolver uma posição comum sobre o uso de recursos biológicos para o desenvolvimento sustentável.

Uma posição comum é fundamental para abordar alguns dos desafios enfrentados pela região, incluindo a superexploração e a degradação do meio ambiente, o que, por sua vez, reduz a quantidade e a qualidade dos recursos biológicos.

Os recursos biológicos são geralmente definidos como quaisquer recursos genéticos, organismos ou partes destes, populações ou qualquer outro componente biótico de ecossistemas que tenham valor real ou potencial ou possam ser usados pela humanidade.

A posição comum da SADC servirá como um quadro orientador para a região em todas as suas negociações sobre recursos biológicos.

As negociações globais sobre recursos biológicos serão realizadas durante a 14ª Conferência das Partes (COP14) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) agendada para Novembro, no Egipto.

A Convenção adoptou dois acordos suplementares - o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e o Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Partilha Justa e Equitativa dos Benefícios Provenientes da sua Utilização, também conhecido como Protocolo de Nagoya sobre Acesso e Partilha de Benefícios (ABS).

Uma posição comum para a CDB permitirá aos Estados Membros da SADC alinhar as políticas e estratégias para o uso sustentável dos recursos biológicos e sensibilizar uns aos outros sobre a conservação de tais recursos.

Todos os 16 Estados Membros da SADC são signatários da CDB, que é também conhecida como a Convenção da Biodiversidade, Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e o Protocolo de Nagoya sobre ABS.

De facto, todos os países da SADC designaram Pontos Focais Nacionais para a CDB, bem como para o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e o Protocolo de Nagoya sobre o ABS.

Discutida pela primeira vez na Cimeira da Terra realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em Junho de 1992, a CDB entrou em vigor em Dezembro de 1993. No entanto, a Convenção foi adoptada apenas durante a COP10, realizada em 2010 em Nagoya, Japão.

A CDB é um tratado internacional juridicamente vinculativo com três objectivos principais - conservação da biodiversidade; uso sustentável da biodiversidade; partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes do uso de recursos genéticos.

O Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança busca proteger a diversidade biológica dos riscos potenciais representados pelos organismos vivos modificados resultantes da biotecnologia moderna.

O Protocolo de Nagoya sobre o ABS visa assegurar que a

partilha dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos seja feita de uma forma justa e equitativa.

A este respeito, a próxima COP 14 da CDB oferece uma oportunidade para a comunidade global chegar a acordo sobre estratégias para mitigar o impacto adverso da actividade humana na vida vegetal e animal, incluindo seus ecossistemas.

Espera-se que a SADC convoque um seminário regional para desenvolver a sua posição comum sobre os três acordos globais. Isto enquadra-se no Programa da SADC para Uso Transfronteiriço e Protecção de Recursos Naturais que visa melhorar a implementação dos protocolos e estratégias da SADC para a gestão sustentável dos recursos naturais por parte dos actores regionais e nacionais.

As questões da biodiversidade são uma das principais prioridades da SADC. De facto, a região tem uma rica herança natural de importância global para o clima e para a diversidade biológica do mundo.

De acordo com a Estratégia Regional de Biodiversidade da SADC, mais de 40 por cento das espécies da região são endémicas, apenas encontradas na sua localização existente.

A África do Sul está classificada como o terceiro país com maior diversidade biológica do mundo, enquanto em Madagáscar a riqueza de espécies endémicas em relação à área terrestre é incomparável.

O Lago Malawi / Nyasa / Niassa e o Lago Tanganyika possuem números muito elevados de espécies de água doce, enquanto as florestas de Miombo do Zambeze Central, na Zâmbia e na Tanzânia, são um centro de diversidade de aves e borboletas.

O Botswana tem a maior população de elefantes da África, enquanto a Tanzânia abriga a maior população remanescente de leões.

Os Recursos biológicos como produtos vegetais e animais, madeira e turismo de vida selvagem também representam uma proporção significativa do Produto Interno Bruto da SADC e são uma fonte de subsistência para a maioria dos cidadãos da região.

Apesar dessa riqueza biológica, a região continua enfrentando desafios de desenvolvimento económico, em grande parte devido a dificuldades que são frequentemente experimentadas no aproveitamento equitativo e sustentável do capital de recursos naturais.

Para enfrentar estes desafios, a SADC desenvolveu várias estratégias para assegurar que os seus recursos biológicos beneficiem plenamente os povos da região.

A região também reconhece que a conservação bem-sucedida e o uso sustentável dos recursos biológicos da região dependem da cooperação transfronteiriça entre os Estados Membros e outros de fora da região.

A COP14 vai decorrer de 10 a 22 de Novembro em Sharm El-Sheikh, no Egipto. □



30 de Julho Eleições Harmonizadas Zimbabwe vota

OS ZIMBABWEANOS vão às urnas a 30 de Julho para as eleições harmonizadas visando escolher o seu Presidente, Parlamentares e Vereadores.

Um total de 23 candidatos presidenciais apresentou documentos de candidatura para disputarem a eleição, o maior número de candidatos presidenciais já registrados no País.

Os candidatos incluem o actual Presidente Emmerson Mnangagwa, líder do partido no poder, a Frente Patriótica da União Nacional Africana do Zimbabwe (ZANU PF) e Nelson Chamisa da Aliança do Movimento pela Mudança Democrática (MDC), uma coligação de sete partidos políticos da oposição.

Entre outros candidatos que disputam a presidência estão a ex-vice-Primeira-Ministra, Dra. Thokozani Khupe, e a ex-vice-Presidente, Joyce Mujuru. Elas estão entre as quatro mulheres que concorrem para a presidência.

Khupe lidera a formação do MDC-Tsvangirai (MDC-T) e tem estado envolvida num processo legal sobre o uso do nome e dos símbolos do MDC-T após a morte do antigo líder, Morgan Tsvangirai. Mujuru foi vice-presidente do ex-Presidente Robert Mugabe por uma década até 2014 e agora é líder da Coligação Arco Iris do Povo.

A eleição marca a primeira vez que os dois principais partidos políticos estão colocando novos candidatos à presidência.

A Zanu PF elegeu Mnangagwa como líder do partido, que se tornou Chefe de Estado a luz Constituição depois de Mugabe ter renunciado o cargo em Novembro de 2017, enquanto Chamisa e Khupe assumiram duas facções do MDC após a morte de Tsvangirai em Fevereiro deste ano.

Se nenhum candidato obtiver 50% mais um na eleição presidencial, haverá uma segunda volta a 8 de Setembro.

Um total de 5,695,706 eleitores elegíveis havia sido registrados até 9 de Julho, de acordo com a Comissão Eleitoral do Zimbabwe

(ZEC). Destes, 3,073,190 ou 54 por cento são mulheres enquanto 2,622,516 ou 46 por cento são homens.

Mais de 120 partidos políticos se inscreveram para participar nas eleições com mais de 50 partidos concorrendo apenas para as eleições parlamentares.

Representantes de 46 países e 15 organizações regionais e internacionais aceitaram o convite para observar as eleições, incluindo a Comunidade para o

Desenvolvimento da África Austral e da União Africana, bem como da Commonwealth, União Europeia, Estados Unidos, Grã-Bretanha e Nações Unidas.

Algumas organizações regionais como a SADC e o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) começaram a despachar as suas missões em Maio e Junho para avaliar o estado de preparação para as eleições. De acordo com a tradição, as eleições são

observadas em três fases – antes, durante e depois das eleições.

Nas últimas eleições realizadas há cinco anos em 2013, a ZANU PF ganhou as eleições presidenciais com 61% dos votos contra 34% do MDC-T.

Nas eleições parlamentares, o ZANU PF obteve 76% dos votos e 159 dos 210 assentos eleitos na Assembleia Nacional, uma maioria de mais de dois terços. O MDC-T conseguiu 50 assentos e cerca de 24% dos votos. □

Eleições no Zimbabwe: Rumo a Paridade do Género

por Pedzisai Munyoro

A CONSTITUIÇÃO do Zimbabwe estipula que todas as medidas devem ser tomadas para garantir que as mulheres e homens participem em pé de igualdade nos processos de tomada de decisão.

Um total de 17 documentos legais foram aprovados para promover a agenda de igualdade de género, e a Comissão de Género do Zimbabwe tem a tarefa de promover a igualdade de género por meio de educação pública, pesquisa, investigações e monitoria.

Apesar do progresso feito em termos do ambiente legal e de políticas, ainda há muito que precisa de ser feito antes desse alcançar o objectivo de igualdade de género nos cargos de tomada de decisão. O actual processo eleitoral fornece alguns indicadores encorajadores e algumas disparidades.

Um total de 1.648 candidatos apresentou com sucesso documentos de candidatura para as eleições da Assembleia Nacional e, destes, 789 são mulheres (48%).

Das 789 mulheres que apresentaram os documentos de candidatura, 247 o fizeram como candidatas independentes, indicando que os partidos políticos não estão fazendo o suficiente para incentivar a representação das mulheres na tomada de decisões políticas. No entanto, as mulheres constituem mais de metade da

população na maioria dos países da SADC, e geralmente aparecem em grande número no dia da eleição para votar.

A ZANU PF e a Aliança MDC vão reunir um total de 296 mulheres candidatas nas eleições parlamentares - a ZANU PF tem 151 candidatas femininas, enquanto a Aliança MDC tem 145

O Zimbabwe usa um sistema de “primeiro a chegada” para as eleições parlamentares e locais, onde o candidato com mais votos vence. A Assembleia Nacional é composta por 210 membros eleitos por este método e um adicional de 60 lugares reservados para mulheres.

Os assentos reservados compreendem seis assentos cada para as 10 províncias administrativas no Zimbabwe, com os membros eleitos por meio de um sistema de Representação Proporcional (PR) baseado nos votos expressos para os candidatos que representam partidos que disputam as eleições parlamentares nas respectivas regiões.

De acordo com a nova Constituição adoptada em Maio de 2013, a provisão para assentos reservados para mulheres se aplicará a duas eleições, o que significa que 2018 é a última vez que isso será aplicado.

O Senado é composto de 80 membros, compreendendo seis representantes eleitos na base de relações públicas de cada uma das 10 províncias, bem como dois

representantes de pessoas com deficiência.

Os outros 18 assentos vão para chefes tradicionais, compreendendo o Presidente e vice-Presidente do Conselho Nacional de Chefes, e dois chefes de oito províncias, excluindo as duas províncias metropolitanas de Harare e Bulawayo.

O Zimbabwe introduziu um sistema de “lista de zebras” para a indicação de candidatos do Senado nas eleições de 2013. A luz deste sistema, os partidos políticos são obrigados a apresentar listas de candidatos mostrando mulheres e homens de forma alternada, com uma mulher no topo de cada lista.

O sistema de “lista de zebras” é usado para eleições parlamentares e locais em outros Estados Membros da SADC como o Lesoto, a Namíbia e a África do Sul, e este sistema tem sido bem sucedido na melhoria da participação política. A Namíbia tem o maior número de mulheres no parlamento a nível da região, com 46,2%.

Portanto, os partidos políticos precisam tomar as medidas necessárias para assegurar que a igualdade e a equidade de género sejam consagradas e firmemente enraizadas no nível partidário. Uma maneira de abordar essa disparidade seria estender o sistema de “lista de zebra” para a indicação de candidatos para a Assembleia Nacional e para os conselhos locais. □

Reunião Inaugural do Grupo Temático sobre Paz e Segurança no Secretariado da SADC

O NOVO Grupo Temático de Paz e Segurança (PSTG) reuniu-se pela primeira vez a 25 de Maio de 2018 na sede da SADC.

O PSTG tem três objetivos específicos:

- ❖ Primeiro, servir de plataforma para partilhar experiências e informações sobre paz e segurança na região;
- ❖ Segundo, envolver os ICPs nas questões relacionadas com a paz e a segurança e mapear o caminho a seguir na abordagem de áreas de preocupação para a consolidação da paz e segurança na região; e,
- ❖ Terceiro, facilitar a mobilização de recursos para as actividades de paz e segurança da SADC, em linha com o Plano de Implementação Orçamentado sobre a Paz e Segurança (2016 - 2021).

A reunião inaugural contou com a presença de representantes do Secretariado da SADC e de organizações subsidiárias como o Centro Regional de Treinamento em Manutenção da Paz da SADC (RPTC), bem como os Parceiros de Cooperação Internacional (ICPs).

A reunião discutiu os Termos de Referência do grupo temático; Quadro institucional e político da SADC para a paz e segurança; Esforços da SADC para manter a paz e a segurança na região; e áreas passíveis de financiamento por parte dos ICPs.

Alguns ICPs identificaram áreas para as quais estão interessados em fornecer apoio.

O Órgão Político de Defesa e Segurança, vulgarmente conhecido como Órgão, é a instituição formal da SADC com o mandato de apoiar a obtenção e manutenção da segurança e o estado de direito na região da SADC.

O Órgão foi criado em Junho de 1996 e trabalha em estreita colaboração com outras

instituições regionais, como o RPTC da SADC, a Organização Regional de Cooperação dos Chefes das Polícias da África Austral e o Centro Regional de Aviso Prévio.

A nível legal e político, as operações e funções do Órgão são reguladas pelo Protocolo sobre a Cooperação Política, Defesa e Segurança.

O Órgão tem o seu próprio plano estratégico, o Plano Estratégico Indicativo Revisto do Órgão (SIPO II) e é gerido numa base da Troika, constituída por um Presidente, Presidente seguinte e Presidente cessante, prestando contas ao Presidente da SADC.

O principal objectivo do SIPO é “criar um ambiente político e de segurança pacífico e estável através do qual a região atinge os seus objetivos de desenvolvimento socioeconómico, erradicação da pobreza e integração regional”.

Outros documentos importantes de política que orientam as actividades de paz e segurança na SADC incluem o Protocolo sobre o Controlo de Armas de Fogo e Munições Relacionadas; Protocolo de Extradução; Protocolo sobre a facilitação da circulação de pessoas; Protocolo sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal; e o Protocolo sobre o Combate às Drogas Ilícitas.

A Embaixada dos EUA no Botswana foi nomeada para servir como Copresidente dos ICPs por um período de um ano. O outro copresidente é a Direcção da SADC do Órgão Político de Defesa e Segurança.

Ao apresentar as suas observações finais, o Director Jorge Cardoso agradeceu aos ICPs pela participação na reunião, que será convocada duas vezes por ano, reportando à Plataforma de Diálogo dos ICPs da SADC, que é o principal

mecanismo de coordenação da cooperação entre a SADC e os parceiros.

A reunião contou com a presença de diplomatas acreditados no Botswana, incluindo a União Europeia, as embaixadas da Alemanha, Rússia, Japão, Grã-Bretanha e Estados

Unidos, o escritório da Cooperação Técnica Alemã para o Desenvolvimento (GIZ) e a Organização Internacional para a Migração; e outros baseados na África do Sul, incluindo a Embaixada da Noruega e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). □

Nova equipa de mediação da SADC para o Lesotho

O PRESIDENTE da SADC, Presidente Cyril Ramaphosa da África do Sul, nomeou uma equipa para facilitar a restauração da estabilidade política e de segurança no Reino do Lesotho.

A equipa, formada por três vice-Ministros do Governo sul-africano, é liderada por um ex-vice-Presidente da Justiça sul-africana, Dikgang Moseneke, e ajudará Ramaphosa a continuar apoiando o diálogo nacional e os processos de reforma no Lesotho.

Ramaphosa disse que tem confiança na experiência e capacidade de Moseneke no constitucionalismo.

“Aproveite esta oportunidade para agradecer ao Ministro Moseneke por se oferecer para nos apoiar neste importante mandato, enquanto continuamos a ajudar os nossos irmãos e irmãs no Reino do Lesotho na sua procura de uma solução duradoura e sustentável para os seus desafios políticos e de segurança.”

A decisão de nomear a equipa está em consonância com uma resolução da Cimeira da Dupla Tróica da SADC realizada em Luanda, Angola, em Abril deste ano, que encarregou Ramaphosa de continuar com a facilitação e recomendou que ele nomeasse uma equipa de personalidades de alto nível para o ajudar.

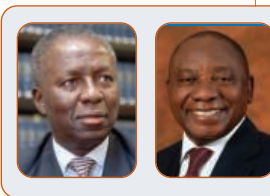
Ramaphosa foi nomeado facilitador da SADC em Setembro de 2014, quando era vice-Presidente da África do Sul. No entanto, desde que se tornou Presidente, em Fevereiro deste ano, foi recomendado que ele pudesse estabelecer uma equipa para o ajudar a lidar com a situação política no Lesotho.

Sua facilitação produziu um relatório com importantes recomendações sobre as questões constitucionais, do sector de segurança, do judiciário e da reforma do serviço público e da mídia, que o governo do Lesotho se comprometeu a empreender para resolver a instabilidade política daquele país.

A SADC endossou o relatório e Maseru foi instado a desenvolver um roteiro sobre as reformas necessárias, o que foi feito.

A Cimeira da Dupla Tróica de Luanda endossou o plano e instou o Lesotho a dar prioridade às reformas do sector constitucional e de segurança, que deverão estar concluídas até Maio de 2019.

A tarefa de Moseneke, portanto, é supervisionar o processo. *Apa News* □





SACU efectua revisão da fórmula de divisão de receita

A **UNIÃO** Aduaneira da África Austral (SACU) está a rever o seu acordo de partilha de receita para apoiar uma alocação mais equitativa de fundos que seja aceitável para todos os países participantes.

Uma fórmula de partilha de receitas que funcione bem é um pilar fundamental de uma união aduaneira bem-sucedida e isto tem sido uma questão de contenção para a SACU, a mais antiga união aduaneira do mundo.

A SACU funciona como uma união aduaneira da África do Sul, Botswana, Lesotho, Namíbia e Reino da eSwatini ao abrigo de um acordo renovável, e é regida actualmente por um acordo negociado em 2002.

As principais disposições são que o regime tarifário vigente na África do Sul se aplique aos demais países, servindo como tarifa externa comum; e que as receitas alfandegárias e de consumo cobradas nos Estados Membros são pagas numa Receita Conjunta (CRP) e distribuídas de acordo com uma fórmula ponderada a favor do Botswana, Lesotho, Namíbia e eSwatini (os países BLNS).

Essa ponderação destina-se a compensar os países menores da SACU pelos efeitos de aumento de preços decorrentes do regime de tarifas protecionistas da África do Sul e pela perda de soberania sobre questões de política tarifária e comercial.

De acordo com o Acordo da SACU de 2002, a fórmula de divisão de receita usa três componentes para calcular as quotas de receita para os Estados Membros. Estas são uma componente alfandegária, uma componente do imposto de consumo e uma componente de desenvolvimento.

Usando a componente alfandegária, a receita é alocada com base na participação de cada país nas importações intra-SACU, enquanto o elemento do imposto de renda aloca os recursos com base na participação de cada país no Produto Interno Bruto (PIB).

As alocações de receita usando a componente de desenvolvimento são fixadas em 15% da receita total de impostos e distribuídas de acordo com o inverso do PIB per capita de cada país.

Nos termos do presente acordo, a África do Sul é o guardião da CRP e todos os direitos alfandegários e impostos especiais de consumo cobrados na área alfandegária comum são pagos ao Fundo de Receita Nacional da África do Sul.

A receita é então partilhada entre os Estados Membros da SACU de acordo com a fórmula de partilha de receita no acordo.

Apenas as acções dos países BLNS são calculadas, com a África do Sul recebendo o restante.

Os países BLNS reclamaram ao longo dos anos que a fórmula

de repartição de receita não os compensa completamente e que há falta de consulta por parte da África do Sul aos seus parceiros da SACU.

Outra queixa é que os países alegam que existem várias barreiras não tarifárias que impedem o seu acesso ao mercado sul-africano.

A África do Sul, por sua vez, queixou-se de que a alocação ponderada de impostos especiais de consumo e impostos alfandegários ao BLNS se tornou um fardo crescente para o fisco sul-africano e que a SACU se tornou inacessível.

A relação entre a África do Sul e os seus parceiros da SACU é ainda mais complicada pelo primeiro pacto comercial bilateral com a União Europeia.

Uma característica importante do acordo comercial entre a África do Sul e a UE é a assimetria implícita da liberalização do comércio entre a UE e os países BLNS.

Devido à SACU, o acordo entre a África do Sul e a UE concede à UE acesso livre aos mercados dos países BLNS, mas não concede aos países BLNS o acesso recíproco aos mercados da UE.

Os membros da SACU participaram de consultas na última década sobre irregularidades no acordo de partilha de receita.

Num esforço para lidar com essas irregularidades, os cinco Estados membros negociaram a

revisão do acordo de partilha de receita para garantir que seja equitativo.

Segundo um comunicado divulgado logo após a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SACU realizada em Gaborone, Botswana, em Junho, os líderes disseram que a revisão da fórmula de divisão de receita deve investigar mecanismos de financiamento para apoiar o desenvolvimento industrial e de infraestrutura na união.

Além disso, deve garantir que nenhum Estado membro da SACU fique em pior situação sob o novo arranjo. Portanto, a nova fórmula deve ser focada no desenvolvimento e não ser simplesmente distributiva.

A SACU foi criada em 1910, antes da maioria dos seus Estados membros estar independente. O Secretariado está agora baseado em Windhoek, Namíbia.

Todos os cinco países da SACU são membros da SADC, pelo que a revisão proposta do acordo de partilha de receitas deve fornecer algumas lições importantes para o órgão regional quando este finalmente lançar a sua própria união aduaneira.

O lançamento da União Aduaneira da SADC estava inicialmente agendado para 2010. No entanto, os Estados Membros pediram mais tempo para permitir-lhes implementar a Área de Comércio Livre da SADC que foi lançada em 2008.

sardc.net □

Agosto – Outubro 2018

ÁFRICA AUSTRAL HOJE

SADC HOJE Vol 20 No 5 Agosto 2018



ÁFRICA AUSTRAL HOJE

É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral

Secretariado da SADC, SADC House, Private Bag 0095,
Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR

Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL

Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Eglene Tauya, Admire Ndhlovu,
Phyllis Johnson, Danai Majaha, Kumbirai Nhongo, Tariro Sasa, Nyarai Kampilipi,
Tanaka Chitsa, Lynette Chitambo, Tonderai Mpofo,
Monica Muteru, Raymond Ndhlovu, Pedzisayi Munyoro, Thenjiwe Ngwenya

TRADUTOR

Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE conta com o apoio da Agência Austríaca para o Desenvolvimento, que assiste o Grupo Temático de Energia da SADC co-presidido pela Áustria.

© SADC, SARDC, 2018

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sadc.net. Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Toney Ngwenya, Francis Chikanga

FOTOS E ILUSTRAÇÕES

P1 www.namport.com.na, durban.getitonline.co.za; P2 herald.co.zw, sardc.net;
P4 ThisIsAfrica.me, MySchoolNews, MySchoolNews; P5 linkedin.com;
P6 mozambiqueminingpost.com, incoreinsightlytics.com;
P7 nestle-waters.com, bloomberg.com, chylulu.com;
P8 cavotec.com; P9 angolafieldgroup.files.wordpress.com, subseaworld news.com,
yting.com, http://footage.framepool.com; P10 wildzambezi.com
P11 Eco-Business.com, Wikipedia, connections.be www.kanwischerstrassberger.com,
www.thegreatprojects.com; KE Adventure Travel;
P12 bulawayo24.jpg, data.png, gdp.jpg, lytimg.jpg, pbs.twimg.jpg, pindula.jpg;
P13 law.unimelb.edu.au, Wikimedia.org; P14 GEG Africa, myzol.co.zw, Mail & Guardian
16 36th SADC Summit Brochure page 28, ippmedia.com

Subscreva Hoje

ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao
sadcoday@sadc.net

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral

Julius K. Nyerere House, 15 Downie Avenue, Belgravia, Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141 Fax +263 4 791 271

www.sadc.net

Conhecimento para o Desenvolvimento



sadc.net



@sadc.net

Austrian
Development Cooperation

Este documento foi produzido no contexto de um projeto financiado pela Agência Austríaca de Desenvolvimento / o Desenvolvimento Austríaco Cooperação. A responsabilidade do conteúdo desta publicação reside inteiramente no autor; as informações e opiniões expressas não refletem a opinião oficial da Agência austríaca de desenvolvimento / Cooperação austríaca para o desenvolvimento.



Julho
30, Zimbabwe

Eleições harmonizadas no Zimbabwe

Os eleitores irão às urnas para escolher o seu Presidente, Membros do Parlamento (Assembleia Nacional e Senado) e conselheiros locais para os próximos cinco anos. De acordo com a Constituição do Zimbabwe, os resultados das eleições devem ser anunciados dentro de cinco dias após a votação.

30 Julho-1 Agosto,
Namíbia

Semana de Industrialização da SADC

O evento visa popularizar a Estratégia e o Roteiro de Industrialização da SADC que foi aprovado em 2015. Agora, no seu terceiro ano, o evento anual compreende uma conferência de alto nível para discutir formas de acelerar a agenda de industrialização, bem como uma exposição para permitir que vários partes interessadas se envolvam e se juntem ao processo.

Agosto
8-19, Namíbia

38a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC

Os líderes da SADC reunir-se-ão na sua Cimeira anual para discutir questões destinadas a promover a integração e o desenvolvimento regional. A cimeira, prevista para 17 e 18 de Agosto, é precedida por reuniões de altos funcionários e do Conselho de Ministros. O Presidente Hage Geingob, da Namíbia, presidirá a SADC no próximo ano, substituindo o Presidente Cyril Ramaphosa da África do Sul. O tema da Cimeira é "Promovendo o desenvolvimento de infraestruturas e o empoderamento dos jovens para o desenvolvimento sustentável".

16-17,
Moçambique

19a Conferência Anual da Associação dos Advogados da SADC

Os Advogados dos Estados Membros da SADC reunir-se-ão para discutir o papel da profissão jurídica na promoção da integração económica regional e desenvolvimento de infraestruturas e na estruturação de Parcerias Público-Privadas. O tema é "Promover quadros de políticas jurídicas inclusivas para o desenvolvimento socioeconómico sustentável na SADC".

Por Indicar

Fórum Regional para a Previsão Climática da África Austral

Especialistas em clima dos Estados Membros da SADC reunir-se-ão para rever as previsões climáticas regionais, usando indicadores de precipitação sazonal para produzir uma previsão regional para a época chuvosa 2018/19.

26 – 31, Suécia

Semana Mundial da Água 2018

A Semana Mundial da Água é um ponto focal anual para questões globais da água desde 1991. Comemorada em Estocolmo, na Suécia, a Semana Mundial da Água 2018 tem como tema "Água, ecossistemas e desenvolvimento humano".

Setembro
3, Tanzânia

51a Reunião do Comité de Gestão do SAPP

O encontro reúne líderes de empresas de energia e representantes do Governo nos 12 Estados membros do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) para discutir as principais questões de gestão relacionadas à rede eléctrica regional e ao fornecimento regional de energia.

Por Indicar,
eSwatini

Eleições Parlamentares no Reino de eSwatini

O Reino da eSwatini elegerá os parlamentares através do sistema de Tinkhundla (ou Inkhundla) que significa "comunidade" ou "círculo eleitoral". Os candidatos são pré-selecionados nas suas comunidades e um total de 55 parlamentares são eleitos através deste processo. O Rei Mswati III nomeia mais 10, elevando o total para 65 membros.

18 Sept - 5 Out,
Nova Iorque

73a Sessão da Assembleia Geral da ONU

O Debate Geral da 73ª Sessão da Assembleia Geral da ONU (UNGA 73) é realizado na sede da ONU em Nova York. A Assembleia Geral é precedida por uma série de reuniões. A Assembleia Geral é o principal representante e órgão de elaboração de políticas das Nações Unidas.

Outubro
02 Out,
Zimbabwe

45a Reunião do Comité Executivo do SAPP

O Comité Executivo do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) discutirá a situação energética na região. O Comité Executivo, que actua como o Conselho do SAPP, é formado por responsáveis de empresas que produzem, comercializam e fornecem energia para os clientes finais.

10 Out,
Moçambique

Eleições Municipais em Moçambique

Moçambique fixou o dia 10 de Outubro como o dia para a realização das eleições municipais nos 53 municípios nas 11 províncias. As eleições municipais anteriores foram realizadas em 2013.

17 de Agosto de 1992

Fundada a SADC na Cimeira de Windhoek

A CIMEIRA histórica que criou a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral foi realizada em 1992 na capital do país recém-independente da Namíbia, que havia conquistado a independência pouco mais de dois anos antes.

A SADC foi constituída através da Declaração e Tratado da SADC assinada em Windhoek a 17 de Agosto de 1992, substituindo assim o Memorando de Entendimento das Instituições da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), e transformando uma conferência de coordenação numa comunidade de desenvolvimento.

O SADCC foi formada em Lusaka, Zâmbia, a 1 de abril de 1980, com a adopção da Declaração de Lusaka - *África Austral: Rumo à Libertação Económica*, com base nas consultas dos Estados da Linha da Ferente, que começaram em 1977 e culminaram em reuniões em Gaborone, Botswana e Arusha, Tanzânia em 1979.

Em 1992, os líderes do SADCC estavam prontos para dar o próximo passo e, organizada pelo Presidente fundador da Namíbia, Sam Nujoma, a cimeira foi presidida pelo Presidente do Botswana, Sir Ketumile Masire. Masire presidiu a SADC até 1997, quando entregou o poder ao primeiro Presidente da África do Sul, Nelson Mandela, que o deteve durante dois anos e, posteriormente, a SADC adoptou um sistema de rotação.

Na época da Cimeira de 1992 em Windhoek, a África do Sul ainda não estava livre do sistema do apartheid, nem era governada por um voto democrático da maioria, pois a maioria dos sul-africanos ainda não tinha permissão para votar, o que eles fizeram pela primeira vez dois anos depois, em 27 de abril de 1994.

No entanto, participaram na Cimeira de 1992 representantes do Congresso Nacional Africano (ANC) e do Congresso Pan-Africanista (PAC). O ANC foi representado pelo seu Secretário-Geral, Cyril Ramaphosa, agora Presidente da África do Sul. O PAC foi representado pelo seu presidente, C. Makwetu.

A Cimeira de 1992 concordou em criar uma "comunidade económica regional dos Estados da África Austral" levando em consideração o movimento de pessoas na região; a remoção progressiva de "todas as barreiras ao fluxo de capital, bens e serviços"; e dar prioridade aos acordos de paz e segurança na região.

Os líderes discutiram a seca, as conversações de paz em Angola, o acordo de paz de Moçambique assinado em Roma alguns dias antes, e passaram em revista os acontecimentos na África do Sul.

Eles também apelaram a comunidade internacional a "pressionar a África do Sul para restaurar a soberania sobre Walvis Bay e as ilhas ao largo da Namíbia", o que foi alcançado dois anos depois.

A Cimeira aprovou o tema da Conferência Consultiva Anual de 1993 - SADC: *Um Quadro e Estratégia para a Construção de uma Comunidade na África Austral*.

A SADC tem agora 16 Estados Membros. □



Escola de Liderança Mwalimu Nyerere

SEIS PARTIDOS africanos de libertação da África Austral estão a se preparar para a construção de uma faculdade de liderança na Tanzânia em reconhecimento e valorização do papel desempenhado pelo falecido Mwalimu Julius K. Nyerere nas suas lutas pela independência nacional.

Os Partidos são o CCM (Tanzânia), FRELIMO (Moçambique), MPLA (Angola), ZANU PF (Zimbabwe), SWAPO (Namíbia) e ANC (África do Sul) e foram representados na colorida função histórica pelos seus secretários-gerais.

Eles trabalharão juntos para estabelecer a Escola de Liderança Mwalimu Nyerere, que oferecerá treinamento em ideologia política e habilidades de liderança, com o objectivo de fortalecer a união e a cooperação na liberação das economias africanas.

O Presidente John Magufuli oficializou a colocação da primeira pedra para a construção do colégio no distrito de Kibaha, na região da Costa, com o Chefe de Relações Internacionais do PCC da China, Song Tao.

"Precisamos ter partidos políticos com liderança forte que obedeçam à ética da liderança e sejam capazes de levar o desenvolvimento económico para o povo", disse Magufuli.

O projecto será executado com apoio financeiro chinês e construído pela Companhia de Engenharia Ferroviária Jianchang da China (CRJE) nos próximos dois anos. □

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Agosto-Outubro 2018

1 Agosto	Dia dos Parentes	RDC
6 Agosto	Dia dos Agricultores	Zâmbia
8 Agosto	Dia dos Camponeses Nane Nane	Tanzânia
9 Agosto	Dia da Mulher	África do Sul
13 Agosto	Dia dos Heróis	Zimbabwe
14 Agosto	Dia das Forças Armadas	Zimbabwe
15 Agosto	Dia de Assunção	Madagáscar, Seychelles
15 Agosto	Assunção da Bem-aventurada Virgem Maria	Maurícias
17 Agosto	Dia da SADC*	Todos
21 Agosto	Eid ul Adha**	Tanzânia
26 Agosto	Dia dos Heróis	Namíbia
27 Agosto	Feriado Público	Namíbia
3 Setembro	Dia da Dança Umhlanga Reed	eSwatini
7 Setembro	Dia da Victória	Moçambique
14 Setembro	Ganesh Chaturthi	Maurícias
17 Setembro	Dia dos Heróis Nacionais	Angola
24 Setembro	Dia do Património	África do Sul
25 Setembro	Dia das Forças Armadas	Moçambique
30 Setembro	Dia do Botswana	Botswana
1 Outubro	Feriado Público	Botswana
2 Outubro	Feriado Público	Botswana
4 Outubro	Dia da Independência	Lesoto
4 Outubro	Dia da Paz e Reconciliação Nacional	Moçambique
14 Outubro	Dia do Mwalimu Julius Nyerere	Tanzânia
15 Outubro	Dia das Mães	Malawi
18 Outubro	Dia Nacional de Orações	Zâmbia



A partir do segundo a esquerda, Frederick Chiluba, Presidente da Zâmbia; Joaquim Chissano, Presidente de Moçambique; Dr. Sam Nujoma, Presidente Fundador da Namíbia; Sir Ketumile Masire, Presidente do Botswana; Robert Mugabe, Presidente Fundador do Zimbabwe; Ali Hassan Mwinyi, Presidente da República Unida da Tanzânia; bem como o Primeiro-Ministro da Suazilândia, Obed M. Olamini, Primeiro Ministro de Angola, F. Franca Van Dunem; A.L. Thohahlane, Ministro das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico do Lesoto; e L.J. Chimango, Ministro das Finanças do Malawi.